

# A NOVA HISTÓRIA, SEU PASSADO E SEU FUTURO

*Peter Burke*

Docente de História Cultural da Universidade de Cambridge e Membro do Emmanuel College

Mais ou menos na última geração, o universo dos historiadores se expandiu a uma velocidade vertiginosa<sup>1</sup>. A história nacional, dominante no século dezenove, atualmente tem de competir com a história mundial e a história regional (antes deixada a cargo de “antiquários”<sup>2</sup> amadores) para conseguir atenção. Há muitos campos novos, freqüentemente patrocinados por publicações especializadas. A história social, por exemplo, tornou-se independente da história econômica apenas para se fragmentar, como alguma nova nação, em demografia histórica, história do trabalho, história urbana, história rural e assim por diante.

Mais uma vez, a história econômica dividiu-se em antiga e nova. A nova história econômica dos anos 50 e 60 (agora de meia-idade, se não mais velha) é suficientemente conhecida para necessitar aqui de uma discussão<sup>3</sup>. Tem havido também uma mudança, entre os historiadores econômicos, de uma preocupação com a produção para uma preocupação com o consumo, mudança esta que cria uma dificuldade crescente na separação entre a história econômica e a história social e cultural. A história do gerenciamento é um interesse recente, mas fica obscura se não se dissolvem as ligações entre a história econômica e a administrativa. Outra especialização, a história da publicidade, abarca a história econômica e a história da comunicação. Atualmente, a verdadeira identidade da história econômica está ameaçada por uma proposta de controle de um empreendimento jovem, mas ambicioso: a história do meio ambiente, às vezes conhecida como eco-história.

A história política também está dividida, não apenas nas chamadas escolas de grau superior e elementar, mas também entre os historiadores preocupados com os centros de governo e aqueles interessados na política em suas raízes. O território da política expandiu-se, no sentido de que os historiadores (seguindo teóricos como Michel Foucault) estão cada vez mais inclinados a discutir a luta pelo poder na fábrica, na escola ou até mesmo na família. Entretanto, o preço de tal expansão é uma espécie de crise de identidade. Se a política está em toda parte, será que há necessidade de história política?<sup>4</sup> Os historiadores culturais estão diante de um problema similar, na medida em que se afastam de uma definição estreita mas precisa de cultura, em termos de arte, literatura, música etc., para uma definição mais antropológica do campo.

Neste universo que se expande e se fragmenta, há uma necessidade crescente de orientação. O que é a chamada nova história? Quanto ela é nova? É um modismo temporário ou uma tendência de longo prazo? Ela irá — ou deverá — substituir a história tradicional, ou as rivais podem coexistir pacificamente?

O presente volume é destinado a responder a essas questões. Um exame abrangente das variedades da história contemporânea não deixaria espaço para mais do que uma discussão superficial. Por isso, tomou-se a decisão de concentrar a atenção em alguns movimentos relativamente recentes<sup>5</sup>. Os ensaios sobre esses movimentos estão preocupados, pelo menos implicitamente, com muitos dos mesmos problemas fundamentais. Pode ser útil confrontar de início esses problemas e situá-los no contexto de mudanças de longo prazo na escrita da história.

<sup>1</sup> Este ensaio deve muito a discussões com Raphael Samuel durante muitos anos; a Gwyn Prins e a várias gerações de estudantes do Emmanuel College, em Cambridge; e mais recentemente a Nilo Odália e à participante audiência em minhas conferências na Universidade Estadual de São Paulo, em Araraquara, em 1989.

<sup>2</sup> No século dezessete, vários estudiosos — posteriormente chamados de “antiquários” (*antiquarians*) — começaram a coletar documentos antigos visando a comprovação de fatos históricos. A partir dessa atividade — o “antiquarianismo” — iniciaram uma contestação à realeza, pregando um maior poder ao parlamento, o que provocou sua perseguição durante o reinado de Carlos I. Contrapunham-se aos historiadores da época, que não verificavam a veracidade dos fatos e limitavam-se ao relato da história da nobreza. (N.T.)

<sup>3</sup> Para um exemplo famoso (e discutível), ver R.W. Fogel e S. Engerman, *Time on the Cross*, Boston, 1974. Há uma avaliação criteriosa da posição atual da história econômica em D.C. Coleman, *History and the Economic Past*, Oxford, 1987.

<sup>4</sup> J. Vincent, *The Formation of the British Liberal Party*, Londres, 1966.

<sup>5</sup> Outras variedades são examinadas em *What is History Today?* J. Gardiner, Londres, 1988.

## O que é a nova história?

A expressão “a nova história” é mais bem conhecida na França. *La nouvelle histoire* é o título de uma coleção de ensaios editada pelo renomado medievalista francês Jacques Le Goff. Le Goff também auxiliou na edição de uma maciça coleção de ensaios de três volumes acerca de “novos problemas”, “novas abordagens” e “novos objetos”<sup>6</sup>. Nesses casos está claro o que é a nova história: e uma história *made in France*, o país da *nouvelle vague* e do *nouveau roman*, sem mencionar *la nouvelle cuisine*. Mais exatamente, é a história associada à chamada *École des Annales*, agrupada em torno da revista *Annales: économies, sociétés, civilisations*.

O que é essa *nouvelle histoire*? Uma definição categórica não é fácil; o movimento está unido apenas naquilo a que se opõe, e as páginas que se seguem irão demonstrar a variedade das novas abordagens. É por isso difícil apresentar mais que uma descrição vaga, caracterizando a nova história como história total (*histoire totale*) ou história estrutural. Por isso pode ser o caso de se imitar os teólogos medievais, diante do problema de definir Deus, e optar por uma *via negativa*; em outras palavras, definir a nova história em termos do que ela não é, daquilo a que se opõem seus estudiosos.

A nova história é a história escrita como uma reação deliberada contra o “paradigma” tradicional, aquele termo útil, embora impreciso, posto em circulação pelo historiador de ciência americano Thomas Kuhn<sup>7</sup>. Será conveniente descrever este paradigma tradicional como “história rankeana”, conforme o grande historiador alemão Leopold von Ranke (1795-1886), embora este estivesse menos limitado por ele que seus seguidores. (Assim como Marx não era um marxista, Ranke não era um rankeano.) Poderíamos também chamar este paradigma de a visão do senso comum da história, não para enaltecê-lo, mas para assinalar que ele tem sido com frequência — com muita frequência — considerado a maneira de se fazer história, ao invés de ser percebido como uma dentre várias abordagens possíveis do passado. Em prol da simplicidade e da clareza, o contraste entre a antiga e a nova história pode ser resumido em seis pontos.

1. De acordo com o paradigma tradicional, a história diz respeito essencialmente à política. Na ousada frase vitoriana de Sir John Seeley, Catedrático de História em Cambridge, “História é a política passada: política é a história presente”. A política foi admitida para ser essencialmente relacionada ao Estado; em outras palavras, era mais nacional e internacional, do que regional. No entanto, não incluía a história da Igreja como uma instituição e também o que o teórico militar Karl von Clausewitz definiu como “a continuação da política por outros meios”, ou seja, a guerra. Embora outros tipos de história — a história da arte, por exemplo, ou a história da ciência — não fossem totalmente excluídos pelo paradigma tradicional, eram marginalizados no sentido de serem considerados periféricos aos interesses dos “verdadeiros” historiadores.

Por outro lado, a nova história começou a se interessar por virtualmente toda a atividade humana. “Tudo tem uma história”, como escreveu certa ocasião o cientista J.B.S. Haldane; ou seja, tudo tem um passado que pode em princípio ser reconstruído e relacionado ao restante do passado<sup>8</sup>. Daí a expressão “história total”, tão cara aos historiadores dos *Annales*. A primeira metade do século testemunhou a ascensão da história das idéias. Nos últimos trinta anos nos deparamos com várias histórias notáveis de tópicos que anteriormente não se havia pensado possuírem uma história, como, por exemplo, a infância, a morte, a loucura, o clima, os odores, a sujeira e a limpeza, os gestos, o corpo (como apresentado por Roy Porter, p. 291), a feminilidade (discutida por Joan Scott, p. 63), a leitura (discutida por Robert Darnton, p. 199), a fala e até mesmo o silêncio<sup>9</sup>. O que era previamente considerado imutável é agora encarado como uma “construção cultural”, sujeita a variações, tanto no tempo quanto no espaço.

O relativismo cultural aqui implícito merece ser enfatizado. A base filosófica da nova história é a idéia de que a realidade é social ou culturalmente constituída. O compartilhar dessa idéia, ou sua suposição, por muitos

<sup>6</sup> J. Le Goff (ed.), *La nouvelle histoire*, Paris, 1978; J. Le Goff, P. Nora (ed.), *Faire de l'histoire*, Paris, 1974, 3v. Alguns dos ensaios desta coleção estão disponíveis em inglês: J. Le Goff, P. Nora (eds.), *Constructing the Past*, Cambridge, 1985.

<sup>7</sup> T.S. Kuhn, *The Structure of Scientific Revolutions*, Nova York, 1961.

<sup>8</sup> J.B.S. Haldane, *Everything has a History*, Londres, 1951.

<sup>9</sup> P. Ariès, *Centuries of Childhood*, trad. de R. Baldick, Londres, 1962; P. Ariès, *The Hour of Our Death*, trad. de H. Weaver, Londres, 1981; M. Foucault, *Madness and Civilisation*, trad. de R. Howard, Londres, 1967; E. Le Roy Ladurie, *Times of Feast, Times of Famine*, trad. de B. Bray, Nova York, 1971; A. Corbin, *The Foul and the Fragrant*, tradução, Leamington, 1986; G. Vigarello, *Concepts of Cleanliness*, tradução, Cambridge, 1988; J.C. Schmitt (ed.), *Gestures*, publicação especial, *History and Anthropology I*, 1984; R. Bauman, *Let Your Words be Few*, Cambridge, 1984.

historiadores sociais e antropólogos sociais ajuda a explicar a recente convergência entre essas duas disciplinas, citadas mais de uma vez nas páginas que se seguem. Este relativismo também destrói a tradicional distinção entre o que é central e o que é periférico na história.

2. Em segundo lugar, os historiadores tradicionais pensam na história como essencialmente uma narrativa dos acontecimentos, enquanto a nova história está mais preocupada com a análise das estruturas. Uma das obras mais famosas da história de nossa época, o *Mediterranean* de Fernand Braudel, rejeita a história dos acontecimentos (*histoire événementielle*) como não mais que a espuma nas ondas do mar da história<sup>10</sup>. Segundo Braudel, o que realmente importa são as mudanças econômicas e sociais de longo prazo (*la longue durée*) e as mudanças geo-históricas de muito longo prazo. Embora recentemente tenha surgido alguma reação contra este ponto de vista (discutido adiante na p. 327) e os acontecimentos não sejam mais tão facilmente rejeitados quanto costumavam ser, a história das estruturas de vários tipos continua a ser considerada muito seriamente.

3. Em terceiro lugar, a história tradicional oferece uma visão de cima, no sentido de que tem sempre se concentrado nos grandes feitos dos grandes homens, estadistas, generais ou ocasionalmente eclesiásticos. Ao resto da humanidade foi destinado um papel secundário no drama da história. A existência dessa regra é revelada pelas reações a sua transgressão. Quando o grande escritor russo Alexandre Pushkin estava trabalhando em um relato de uma revolta de camponeses e de seu líder Pugachev, o comentário do czar Nicolau foi que “tal homem não tem história”. Nos anos 50, quando um historiador britânico escreveu uma tese sobre um movimento popular na Revolução Francesa, um de seus examinadores perguntou-lhe “Por que você se preocupa com esses bandidos?”<sup>11</sup>

Por outro lado (como mostra Jim Sharpe, p. 40), vários novos historiadores estão preocupados com “a história vista de baixo”; em outras palavras, com as opiniões das pessoas comuns e com sua experiência da mudança social. A história da cultura popular tem recebido bastante atenção. Os historiadores da Igreja estão começando a estudar sua história vista tanto de baixo, como de cima<sup>12</sup>. Os historiadores intelectuais também têm deslocado sua atenção dos grandes livros ou das grandes idéias — seu equivalente aos grandes homens — para a história das mentalidades coletivas ou para a história dos discursos ou “linguagens”, a linguagem da escolástica, por exemplo, ou a linguagem forense (cf. com o ensaio de Richard Tuck, mais adiante na p. 273)<sup>13</sup>.

4. Em quarto lugar, segundo o paradigma tradicional, a história levaria ser baseada em documentos. Uma das grandes contribuições de Ranke foi sua exposição das limitações das fontes narrativas — vamos chamá-las de crônicas — e sua ênfase na necessidade de basear a história escrita em registros oficiais, emanados do governo e preservados em arquivos. O preço dessa contribuição foi a negligência de outros tipos de evidência. O período anterior à invenção da escrita foi posto de lado como “pré-história”. Entretanto, o movimento da “história vista de baixo” por sua vez expôs as limitações desse tipo de documento. Os registros oficiais em geral expressam o ponto de vista oficial. Para reconstruir as atitudes dos hereges e dos rebeldes, tais registros necessitam ser suplementados por outros tipos de fonte.

De qualquer modo, se os historiadores estão mais preocupados que seus antecessores com uma maior variedade de atividades humanas, devem examinar uma maior variedade de evidências. Algumas dessas evidências são visuais, outras orais (ver Ivan Gaskell e Gwyn Prins, p. 237 e 163, respectivamente). Há também evidência estatística: dados comerciais, dados populacionais, dados eleitorais etc. O ponto alto da história quantitativa foi provavelmente os anos 50 e 60, quando alguns entusiastas afirmaram que apenas os métodos quantitativos eram confiáveis. Houve uma reação contra tais afirmações, e de certa forma também contra os métodos, mas o interesse em uma história quantitativa mais modesta continua a crescer. Na Grã-Bretanha, por exemplo, foi fundada em 1987 uma Associação para a História e Computação.

---

<sup>10</sup> F. Braudel, *The Mediterranean and the Mediterranean World in the Age of Philip II*, trad. de S. Reynolds, 2ª ed., Londres, 1972-3, 2v.

<sup>11</sup> O nome do examinador era Lewis Namier. R. Cobb, *The Police and the People*, Oxford, 1970, p. 81.

<sup>12</sup> E. Hoornaert et al., *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo*, Petrópolis, 1977.

<sup>13</sup> J.G.A. Pocock, “The Concept of a Language”, em *The Language of Political Theory* (ed.), A. Pagden, Cambridge, 1987. Cf. D. Kelley, “Horizons of Intellectual History”, *Journal of the History of Ideas*, 48, p.143-69, 1987, e “What is Happening to the History of Ideas?”, *Journal of the History of Ideas?* *Journal of the History of Ideas* 51, p. 3-25, 1990.

5. De acordo com o paradigma tradicional, memoravelmente enunciado pelo filósofo e historiador R.G. Collingwood, “Quando um historiador pergunta ‘Por que Brutus apunhalou César?’ ele quer dizer ‘O que Brutus pensou, o que fez com que ele decidisse apunhalar César?’”<sup>14</sup> Esse modelo de explicação histórica foi criticado por historiadores mais recentes em vários campos, principalmente porque ele falha na avaliação da variedade de questionamentos dos historiadores, com frequência preocupados, tanto com os movimentos coletivos, quanto com as ações individuais, tanto com as tendências, quanto com os acontecimentos.

Por que, por exemplo, os preços se elevaram na Espanha no século dezesseis? Os historiadores econômicos não concordam em sua resposta a essa questão, mas suas várias respostas (em termos de importações de prata, crescimento da população etc.) estão muito distantes do modelo de Collingwood. No famoso estudo de Fernand Braudel sobre o Mediterrâneo do século dezesseis, publicado pela primeira vez em 1949, apenas a terceira e última parte, dedicada à história dos acontecimentos, faz perguntas remotamente semelhantes às de Collingwood, e mesmo aí o autor apresenta um tipo muito diferente de resposta, enfatizando os constrangimentos do seu protagonista, o Rei Felipe II, e a ausência de influência do rei sobre a história de sua época.

6. Segundo o paradigma tradicional, a História é objetiva. A tarefa do historiador é apresentar aos leitores os fatos, ou, como apontou Ranke em uma frase muito citada, dizer “como eles realmente aconteceram”. Sua modesta rejeição das intenções filosóficas foi interpretada pela posteridade como um presunçoso manifesto à história sem tendências viciosas. Em uma famosa carta a seu grupo internacional de colaboradores da Cambridge Modern History, publicada a partir de 1902, seu editor, Lord Acton, insistiu com eles que “o nosso Waterloo deve ser tal que satisfaça do mesmo modo a franceses e ingleses, alemães e holandeses” e que os leitores deveriam ser incapazes de dizer onde um colaborador iniciou e outro continuou<sup>15</sup>.

Hoje em dia, este ideal é, em geral, considerado irrealista. Por mais que lutemos arduamente para evitar os preconceitos associados a cor, credo, classe ou sexo, não podemos evitar olhar o passado de um ponto de vista particular. O relativismo cultural obviamente se aplica, tanto à própria escrita da história, quanto a seus chamados objetos. Nossas mentes não refletem diretamente a realidade. Só percebemos o mundo através de uma estrutura de convenções, esquemas e estereótipos, um entrelaçamento que varia de uma cultura para outra. Nessa situação, nossa percepção dos conflitos é certamente mais realçada por uma apresentação de pontos de vista opostos do que por uma tentativa, como a de Acton, de articular um consenso. Nós nos deslocamos do ideal da Voz da História para aquele da heteroglossia, definida como “vozes variadas e opostas” (adiante, p. 336)<sup>16</sup>. Por isso, foi muito apropriado que este volume tomasse a forma de uma obra coletiva e que seus colaboradores falassem línguas maternas diferentes.

A história rankeana era o território dos profissionais. O século dezenove foi a época em que a história se tornou profissionalizada, com seus departamentos nas universidades e suas publicações específicas, como a *Historische Zeitschrift* e a *English Historical Review*. A maior parte dos principais novos historiadores são também profissionais, com a notável exceção do falecido Philippe Ariès, que gostava de descrever a si próprio como “um historiador domingueiro”. Uma maneira de descrever as realizações do grupo dos *Annales* é dizer que eles mostraram que a história econômica, social e cultural pode atingir exatamente os padrões profissionais estabelecidos por Ranke para a história política.

Seja como for, sua preocupação com toda a abrangência da atividade humana os encoraja a ser interdisciplinares, no sentido de aprenderem a colaborar com antropólogos sociais, economistas, críticos literários, psicólogos, sociólogos etc. Os historiadores de arte, literatura e ciência, que costumavam buscar seus interesses mais ou menos isolados do corpo principal de historiadores, estão agora mantendo com eles um contato mais regular. O movimento da história-vista-de-baixo também reflete uma nova determinação para considerar mais seriamente as opiniões das pessoas comuns sobre seu próprio passado do que costumavam fazer os historiadores profissionais<sup>17</sup>. O mesmo acontece com algumas formas de história oral (adiante, p. 163). Neste sentido, também a heteroglossia é essencial à nova história.

<sup>14</sup> R.G. Collingwood, *The Idea of History*, Oxford, 1946, p. 213f.

<sup>15</sup> Citado em *Varieties of History*, ed. F. Stern, Nova York, 1956, p. 249.

<sup>16</sup> Tirei a expressão do famoso crítico russo Mikhail Bakhtin, em seu *Dialogic Imagination*, trad. de C. Emerson e M. Holquist, Austin, 1981, p. xix, 49, 55, 263, 273. Cf. M. de Certeau, *Heterologies: Discourse on the Other*, trad. de B. Massumi, Minneapolis, 1986.

<sup>17</sup> Ver quase todos os ensaios do *History Workshop Journal*.

## Quanto é nova a nova história?

Quem inventou — ou descobriu — a nova história? A expressão é às vezes utilizada para os desenvolvimentos ocorridos nos anos 70 e 80, período em que a reação contra o paradigma tradicional tornou-se mundial, envolvendo historiadores do Japão, da Índia, da América Latina e de vários outros lugares. Os ensaios deste volume focalizam este período em particular. E claro, no entanto, que muitas das mudanças ocorridas na escrita da história nestas duas décadas são parte de uma tendência mais antiga.

Para muitas pessoas, a nova história está associada a Lucien Febvre e a Marc Bloch, que fundaram a revista *Annales* em 1929 para divulgar sua abordagem, e na geração seguinte, a Fernand Braudel. Na verdade, seria difícil negar a importância do movimento para a renovação da história liderado por esses homens. Todavia, eles não estavam sozinhos em sua revolta contra os rankeanos. Na Grã-Bretanha dos anos 30, Lewis Namier e R.H. Fawney rejeitaram ambos a narrativa dos acontecimentos para alguns tipos de história estrutural. Na Alemanha, por volta de 1900, Karl Lamprecht tornou-se impopular, expressando seu desafio ao paradigma tradicional. A desdenhosa expressão *histoire événementielle*, “história centrada nos acontecimentos”, foi inventada nessa ocasião, uma geração antes da época de Braudel, Bloch e Febvre<sup>18</sup>. Expressa as idéias de um grupo de estudiosos concentrados em torno do grande sociólogo francês Emile Durkheim e sua revista *Année Sociologique*, publicação que ajudou a inspirar os *Annales*.

Mesmo a expressão “a nova história” tem uma história própria. O primeiro uso da expressão por mim conhecido data de 1912, suando o estudioso americano James Harvey Robinson publicou um livro com este título. O conteúdo correspondia ao título: “História — escreveu Robinson — inclui todo traço e vestígio de tudo o que o homem fez ou pensou desde seu primeiro aparecimento sobre a terra”. Em outras palavras, ele acreditava na história total. Em relação ao método, “A Nova História — estou novamente citando Robinson — vai servir-se de todas aquelas descobertas que estão sendo feitas sobre a humanidade pelos antropólogos, economistas, psicólogos e sociólogos”<sup>19</sup>. Este movimento para uma nova história não foi bem sucedido nos Estados Unidos na época, mas o entusiasmo americano mais recente pelos *Annales* torna-se mais inteligível, se recordarmos essa experiência local.

Não há uma boa razão para se parar em 1912 ou mesmo em 1900. Tem sido recentemente argumentado que a substituição de uma história antiga por uma nova (mais objetiva e menos literária) é um tema recorrente na história da escrita da história<sup>20</sup>. Tais afirmações foram feitas pela escola de Ranke no século dezanove, pelo grande estudioso beneditino Jean Mabillon, que formulou novos métodos de crítica da fonte no século dezessete, e pelo historiador grego Políbio, que denunciou alguns de seus companheiros como meros retóricos, cento e cinquenta anos antes do nascimento de Cristo. No primeiro caso, pelo menos, a reivindicação da novidade foi consciente. Em 1867, o grande historiador holandês Robert Fruin publicou um ensaio chamado “A Nova Historiografia”, uma defesa da história científica, rankeana<sup>21</sup>.

Também remontam a um longo percurso as tentativas de escrever uma história mais abrangente que aquela dos acontecimentos políticos. Foi na segunda metade do século dezanove que a história econômica se estabeleceu na Alemanha. Em 1860, o estudioso suíço Jacob Burckhardt publicou um estudo, *The Civilization of the Renaissance in Italy*, concentrado na história cultural e descrevendo mais as tendências do que narrando os acontecimentos. Os sociólogos do século dezanove, como Auguste Comte, Herbert Spencer — sem mencionar Karl Marx — eram extremamente interessados pela história, mas desprezavam os historiadores profissionais. Estavam interessados nas estruturas, não nos acontecimentos, e a nova história tem um débito para com eles, que freqüentemente não é reconhecido.

Eles, por sua vez, têm um débito para com seus antecessores, que freqüentemente não reconhecem; os historiadores do Iluminismo, entre eles Voltaire, Gibbon (apesar da observação que citei antes), Robertson, Vico, Mõser e outros. No século dezoito houve um movimento internacional para a escrita de um tipo de história que não estaria confinada aos acontecimentos militares e políticos, mas relacionada às leis, ao

<sup>18</sup> Cfr. P. Burke, *The French Historical Revolution*, Cambridge, 1990, p. 113.

<sup>19</sup> J.H. Robinson, *The New History*, Nova York, 1912; cfr. J.R. Pole, “The New History and the Sense of Social Purpose in American Historical Writing”, 1973, reeditado em seu *Paths to the American Past*, Nova York, 1979, p. 271-298.

<sup>20</sup> L. Orr, “The Revenge of Literature”, *New Literary History*, 18, p. 1-22, 1986.

<sup>21</sup> R. Fruin, “De Nieuwe historiographie”, reeditado em seu *Verspreide Geschriften* 9, Haia, 1904, p. 410-418.

comércio, à *manière de penser* de uma determinada sociedade, com seus hábitos e costumes, com o “espírito da época”. Na Alemanha em particular houve um vivo interesse pela história mundial<sup>22</sup>. Estudos da história das mulheres foram publicados pelo escocês William Alexander e por Christoph Meiners, professor da Universidade de Göttingen (um centro da nova história social no final do século dezoito)<sup>23</sup>.

Assim, a história alternativa discutida neste volume tem uma ancestralidade razoavelmente longa (ainda que os antepassados pudessem não reconhecer seus descendentes). O que é novo não é sua existência, mas o fato de seus profissionais serem agora extremamente numerosos e se recusarem a ser marginalizados.

### Os prós e os contras da mudança

O propósito deste volume não é celebrar a nova história (a despeito dos colaboradores concordarem que pelo menos alguns de seus tipos são valiosos, realmente necessários), mas estabelecer seus pontos fortes e fracos. O movimento de mudança surgiu a partir de uma percepção difundida da inadequação do paradigma tradicional. Esta percepção da inadequação só pode ser compreendida se olharmos além do âmbito do historiador, para as mudanças no mundo mais amplo. A descolonização e o feminismo, por exemplo, são dois movimentos que obviamente tiveram grande impacto sobre a escrita histórica recente, o que fica bastante claro nos capítulos de autoria de Henk Wesseling e Joan Scott. No futuro, é provável que o movimento ecológico tenha cada vez mais influência sobre a forma como a história é escrita.

Na verdade, ele sempre inspirou vários estudos. A famosa monografia de Braudel sobre o Mediterrâneo chamou a atenção, quando foi pela primeira vez publicada em 1949, pela quantidade de espaço dedicado ao ambiente físico: terra e mar, montanhas e ilhas. Atualmente, entretanto, o quadro de Braudel parece curiosamente estático, porque o autor não considerou de modo sério as maneiras pelas quais o ambiente foi modificado pela presença do homem: destruindo florestas, por exemplo, para construir as galeras que aparecem com tanto destaque nas páginas de *The Mediterranean*.

Vários autores têm apresentado uma eco-história mais dinâmica. William Cronon escreveu um belo estudo a respeito da Nova Inglaterra colonial, focalizado nos efeitos da chegada dos europeus sobre as plantas e as comunidades animais da região, observando o desaparecimento de castores e ursos, cedros e pinheiros-brancos, e a crescente importância dos animais de pasto de origem européia. Em uma escala bastante diferente, Alfred Crosby discutiu o que ele chama de “a expansão biológica da Europa” entre 900 e 1900, e o lugar das doenças européias, abrindo caminho para o estabelecimento bem-sucedido das “Neo-Europas”: da Nova Inglaterra à Nova Zelândia<sup>24</sup>.

Sendo assim, por razões internas e externas, não é fora de propósito falar-se da crise do paradigma tradicional da escrita da história. Todavia, o novo paradigma também tem seus problemas: problemas de definição, problemas de fontes, problemas de método, problemas de explicação. Esses problemas irão reaparecer nos capítulos específicos, mas pode ser importante neste momento apresentar uma breve discussão de todos eles.

### Problemas de definição

Os problemas de definição ocorrem porque os novos historiadores estão avançando em território não familiar. Como normalmente fazem os exploradores de outras culturas, eles começam com uma espécie de imagem negativa daquilo que estão procurando. A história do Oriente tem sido percebida pelos historiadores ocidentais como o oposto de sua própria história, eliminadas as diferenças entre o Extremo Oriente, a China e o Japão etc.<sup>25</sup> Como observa mais adiante Henk Wesseling (p. 97), a história mundial tem sido com frequência encarada — pelos ocidentais — como o estudo das relações entre o Ocidente e o resto, ignorando as interações entre a Ásia e a África, a Ásia e a América etc. Mais uma vez, a história vista de baixo foi originalmente conceitualizada como a inversão da história vista de cima, com a “baixa” cultura no lugar da cultura erudita. No decorrer de sua pesquisa, contudo, os estudiosos tornaram-se cada vez mais conscientes dos problemas inerentes a essa dicotomia.

<sup>22</sup> M. Harbsmeier, “World Histories before Domestication”, *Culture and History*, 5, p.93-131, 1989.

<sup>23</sup> W. Alexander, *The History of Women*, Londres, 1779; C. Meiners, *Geschichte des weiblichen Geschlechts*, Hanover, 1788-1800, 4v.

<sup>24</sup> W. Cronon, *Changes in the Land*, Nova York, 1983; A.W. Crosby, *Ecological Imperialism*, Cambridge, 1986.

<sup>25</sup> Há alguns comentários perspicazes sobre este problema em E. Said, *Orientalism*, Londres, 1978.

Por exemplo, se a cultura popular é a cultura “do povo”, quem é o povo? São todos: o pobre, as “classes subalternas”, como costumava chamá-las o intelectual marxista Antonio Gramsci? São os analfabetos ou os incultos? Não podemos presumir que as divisões econômicas, políticas e culturais em uma determinada sociedade necessariamente coincidam. E o que é educação? Apenas o treinamento transmitido em algumas instituições oficiais como escolas ou universidades? As pessoas comuns são ignorantes ou simplesmente têm uma educação diferente, uma cultura diferente das elites?

Evidentemente não deveria ser suposto que todas as pessoas comuns têm as mesmas experiências, e a importância de distinguir a história das mulheres daquela dos homens é enfatizada por Joan Scott (p. 63). Em algumas partes do mundo, da Itália ao Brasil, a história do povo é com frequência chamada “a história do dominado”, assim assemelhando as experiências das classes subordinadas no ocidente àquelas das colonizadas<sup>26</sup>. No entanto, as diferenças entre essas experiências também necessitam ser discutidas.

A expressão “história vista de baixo” parece oferecer uma escapatória a essas dificuldades, mas gera problemas próprios. Ela muda seu significado em contextos diferentes. Uma história política vista de baixo deveria discutir os pontos de vista e as ações de todos que estão excluídos do poder, ou deveria lidar com a política em um nível local ou popular? Uma história da Igreja vista de baixo deveria encarar a religião do ponto de vista do leigo, seja qual for a sua condição social? Uma história da medicina vista de baixo deveria se preocupar com os curandeiros em oposição aos médicos, ou com as experiências dos pacientes e os diagnósticos de doença?<sup>27</sup> Uma história militar vista de baixo deveria lidar com o Agincourt ou o Waterloo do soldado comum, como fez John Keegan tão memoravelmente, ou deveria concentrar-se na experiência civil da guerra?<sup>28</sup> Uma história da educação vista de baixo deveria deslocar-se dos ministros e teóricos da educação para os professores comuns, como fez Jacques Ozouf, por exemplo, ou deveria apresentar as escolas do ponto de vista dos alunos?<sup>29</sup> Uma história econômica vista de baixo deveria focalizar o pequeno comerciante ou o pequeno consumidor?

Uma razão para a dificuldade de definir a história da cultura popular é que a noção de “cultura” é algo ainda mais difícil de precisar que a noção de “popular”. A chamada definição “operahouse” de cultura (como arte erudita, literatura erudita, música erudita etc.) era restrita, mas pelo menos era precisa. Uma noção ampla de cultura é central à nova história<sup>30</sup>. O estado, os grupos sociais e até mesmo o sexo ou a sociedade em si são considerados como culturalmente construídos. Contudo, se utilizamos o termo em um sentido amplo, temos, pelo menos, que nos perguntar o que não deve ser considerado como cultura?

Outro exemplo de uma nova abordagem que gerou problemas de definição é a história da vida cotidiana, *Alltagsgeschichte*, como a chamam os alemães. A expressão em si não é nova: *la vie quotidienne* era o título de uma série lançada pelos editores franceses Hachette nos anos 30. O novo é a importância dada à vida cotidiana nos escritos históricos contemporâneos, especialmente desde a publicação do famoso estudo de Braudel da “civilização material” em 1967<sup>31</sup>. Outrora rejeitada como trivial, a história da vida cotidiana é encarada agora, por alguns historiadores, como a única história verdadeira, o centro a que tudo o mais deve ser relacionado. O cotidiano está também nas encruzilhadas de abordagens recentes na sociologia (de Michel de Certeau a Erving Goffman) e na filosofia (seja ela marxista ou fenomenológica)<sup>32</sup>.

O que essas abordagens têm em comum é sua preocupação com o mundo da experiência comum (mais do que a sociedade por si só) como seu ponto de partida, juntamente com uma tentativa de encarar a vida cotidiana como problemática, no sentido de mostrar que o comportamento ou os valores, que são tacitamente aceitos em uma sociedade, são rejeitados como intrinsecamente absurdos em outra. Os historiadores, assim como os antropólogos sociais, tentam agora pôr a nu as regras latentes da vida cotidiana (a “poesia” do dia-a-dia, como a expressou o semiótico russo Juri Lotman) e mostrar a seus leitores como ser um pai ou uma filha,

<sup>26</sup> E. De Decca, *1930: o silêncio dos vencidos*, São Paulo, 1981.

<sup>27</sup> Cf. R. Porter, “The Patient's View: Doing Medical History from Below”, *Theory and Society*, 14, p. 175-98, 1985.

<sup>28</sup> Sobre os soldados comuns, ver J. Keegan, *The Face of Battle*, Londres, 1976.

<sup>29</sup> J. Ozouf (ed.), *Nous les maitres d'école*, Paris, 1967, examina a experiência dos professores de escola elementar, c.1914.

<sup>30</sup> Le Hunt (ed.), *The New Cultural History*, Berkeley, 1989.

<sup>31</sup> F. Braudel, *Civilisation matérielle et capitalisme*, Paris, 1967; ed. revisada *Les structures du quotidien*, Paris, 1979; *The Structures of Everyday Life*, trad. de M. Kochan, Londres, 1981. Cf. J. Kuczynski, *Geschichte des Alltags des Deutschen Volkes*, Berlin, 1980-1982, v. 4.

<sup>32</sup> M. de Certeau, *L'invention du quotidien*, Paris, 1980; E. Goffman, *The Presentation of Self in Everyday Life*, Nova York, 1959; H. Lefebvre, *Critique de la vie quotidienne*, Paris, 1946-1981, 3v. Cf. F. Mackie, *The Status of Everyday Life*, Londres, 1985.

um juiz ou um santo, em uma determinada cultura<sup>33</sup>. Neste ponto, a história social e a cultura parecem estar se dissolvendo uma na outra. Alguns profissionais definem-se como “novos” historiadores culturais, outros como historiadores “socioculturais”<sup>34</sup>. Seja como for, o impacto do relativismo cultural sobre o escrito histórico parece inevitável.

Entretanto, como observou o sociólogo Norbert Elias em um importante ensaio, a noção do cotidiano é menos precisa e mais complicada do que parece. Elias distingue oito significados atuais do termo, desde a vida privada até o mundo das pessoas comuns<sup>35</sup>. O cotidiano inclui ações — Braudel o define como o reino da rotina — e também atitudes, o que poderíamos chamar de hábitos mentais. Pode até incluir o ritual. E o ritual, indicador de ocasiões especiais na vida dos indivíduos e das comunidades, é com frequência definido em oposição ao cotidiano. Por outro lado, os visitantes estrangeiros muitas vezes observam rituais cotidianos na vida de toda sociedade — modos de comer, formas de saudação etc. — que os habitantes locais não encaram de forma alguma como rituais.

Igualmente difícil de descrever ou analisar é a relação entre as estruturas do cotidiano e a mudança. Visto de seu interior, o cotidiano parece eterno. O desafio para o historiador social é mostrar como ele de fato faz parte da história, relacionar a vida cotidiana aos grandes acontecimentos, como a Reforma ou a Revolução Francesa, ou a tendências de longo prazo, como a ocidentalização ou a ascensão do capitalismo. O famoso sociólogo Max Weber criou um termo famoso que pode ser útil aqui: “rotinização” (*Veralltäglichung*, literalmente “cotidianização”). Um foco de atenção para os historiadores sociais poderia ser o processo de interação entre acontecimentos importantes e as tendências por um lado, e as estruturas da vida cotidiana por outro. Até que ponto, por que meios e durante que período a Revolução Francesa ou a Revolução Russa (por exemplo) penetraram na vida cotidiana dos diferentes grupos sociais, até que ponto e com que sucesso eles resistiram?

### Problemas das fontes

Os maiores problemas para os novos historiadores, no entanto, são certamente aqueles das fontes e dos métodos. Já foi sugerido que quando os historiadores começaram a fazer novos tipos de perguntas sobre o passado, para escolher novos objetos de pesquisa, tiveram de buscar novos tipos de fontes, para suplementar os documentos oficiais. Alguns se voltaram para a história oral (cf. p. 163); outros à evidência das imagens (cf. 237); outros à estatística. Também se provou possível reler alguns tipos de registros oficiais de novas maneiras. Os historiadores da cultura popular, por exemplo, têm feito grande uso de registros judiciais, especialmente os interrogatórios de suspeitos. Dois estudos famosos da história vista de baixo são baseados em registros de inquéritos: o *Montaillou* (1975) de Le Roy Ladurie (cf. Jim Sharpe, p. 39) e *The Cheese and the Worms* (1986) de Ginzburg.

Todavia, todas essas fontes suscitam problemas embaraçosos. Os historiadores da cultura popular tentam reconstruir as suposições cotidianas, comuns, tendo como base os registros do que foram acontecimentos extraordinários nas vidas do acusado: interrogatórios e julgamentos. Tentam reconstruir o que as pessoas pensavam, baseando-se naquilo que os acusados (que podem não ter sido um grupo típico) tinham preparado para dizer na situação incomum (para não dizer terrificante) em que se encontravam. Por isso é necessário ler os documentos nas entrelinhas. Não há nada de errado em tentar ler nas entrelinhas, particularmente quando a tentativa é realizada por historiadores com a sutileza de um Ginzburg ou de um Le Roy Ladurie.

Seja como for, os princípios subjacentes a tal leitura não são sempre claros. Parece razoável admitir que retratar o socialmente invisível (as mulheres trabalhadoras, por exemplo) ou ouvir o inarticulado, a maioria silenciosa dos mortos (entretanto necessários como parte da história total), é um empreendimento mais arriscado do que em geral é o caso na história tradicional. Mas, nem sempre esse é o caso. A história política da época de Carlos Magno, por exemplo, é baseada em fontes pelo menos tão esparsas e não-confiáveis quanto a história da cultura popular no século dezesseis<sup>36</sup>.

<sup>33</sup> J. Lotman, “The Poetics of Everyday Behaviour in Russian Eighteenth-Century Culture”, em *The Semiotics of Russian Culture*, ed. J. Lotman e B.A. Uspenskii, Ann Arbor, 1984, p. 231-256. Uma discussão mais ampla do problema de se escrever a história das regras culturais está em P. Burke, *Historical Anthropology of Early Modern Italy*, Cambridge, 1987, p. 5f, 21f.

<sup>34</sup> L. Hunt, ed., *The New Cultural History*, Berkeley, 1989.

<sup>35</sup> N. Elias, “Zum Begriff des Alltags” em *Materiellen zur Soziologie des Alltags*, ed. K. Hammerich e M. Klein, Opladen, 1978, p.22-9.

<sup>36</sup> Cf. P. Burke, *Popular Culture in Early Modern Europe*, Londres, 1978, capítulo 3.

Boa parte da atenção tem sido dada à evidência oral, uma parcela por historiadores da África, como Jan Vansina, preocupado com a confiabilidade das tradições orais através dos séculos, e outra por historiadores contemporâneos como Paul Thompson, reconstruindo a experiência da vida na época edwardiana. O problema da influência do historiador-entrevistador e da situação da entrevista sobre o depoimento da testemunha tem sido discutido<sup>37</sup>. Mas é razoável admitir que a crítica das testemunhas orais ainda não atingiu a sofisticação da crítica de um documento, que os historiadores têm praticado durante séculos. Pode-se ter alguma idéia da distância percorrida em um quarto de século — e da longa distância ainda por percorrer — comparando-se a primeira edição do estudo de Vansina sobre a tradição oral, publicado pela primeira vez em 1961, com a versão completamente reescrita de 1985<sup>38</sup>.

A situação é um pouco semelhante no caso de fotografias, de imagens e mais comumente da evidência de cultura material. Uma obra recente sobre fotografia (incluindo cinema) desmascarou a presunção de que a câmera é um registro objetivo da realidade, enfatizando não apenas a seleção feita por fotógrafos segundo seus interesses, crenças, valores, preconceitos etc., mas também seu débito, consciente ou inconsciente, às convenções pictóricas. Se algumas fotografias vitorianas da vida rural parecem paisagens holandesas do século dezessete, isso pode muito bem ocorrer porque os fotógrafos conheciam as pinturas e colocavam seus modelos em conformidade com elas para produzirem, como expressou Thomas Hardy no subtítulo do livro *Under the Greenwood Tree*, “uma pintura da escola holandesa”. Assim como os historiadores, os fotógrafos não apresentam reflexos da realidade, mas representações da realidade. Alguns passos importantes foram dados em direção a uma crítica da fonte das imagens fotográficas, mas aí também ainda há um longo caminho a percorrer<sup>39</sup>.

No caso das imagens pictóricas, discutidas mais adiante por Ivan Gaskell, o clima de entusiasmo para a decodificação de sua iconografia ou iconologia em meados do século vinte, período de virtuosos como Erwin Panofsky e Edgar Wind, foi sucedido por um período gelado de relativo ceticismo. Os critérios para a interpretação dos significados latentes, em particular, são na verdade difíceis de ser formulados<sup>40</sup>. Os problemas da iconografia tornam-se ainda mais embaraçosos quando os historiadores de outros tópicos tentam utilizar gravuras para seus próprios propósitos, como evidência de atitudes religiosas ou políticas. É muito fácil, numa discussão em grupo, interpretar uma imagem de Albrecht Dürer (por exemplo) como um sintoma de uma crise espiritual, e depois apresentar a imagem como um argumento para a existência da crise<sup>41</sup>.

A cultura material é evidentemente o campo de ação tradicional dos arqueólogos, que estudam períodos para os quais não existem registros escritos. No entanto, não há nenhum bom motivo para se restringir os métodos arqueológicos à pré-história, e os arqueólogos têm, de fato, se movimentado para estudar a Idade Média, o início da Revolução Industrial e, mais recentemente, uma variedade mais ampla de períodos, desde a América colonial até à sociedade de consumo atual<sup>42</sup>.

Os historiadores estão começando a competir com eles, se não escavando o passado (Versailles e outras construções importantes do início do período moderno felizmente não necessitam de escavação), pelo menos prestando mais atenção aos objetos físicos. Os argumentos sobre a ascensão do individualismo e da privacidade no início do período moderno estão agora baseados não somente na evidência da manutenção de um diário, mas também em mudanças como a criação de xícaras individuais (em lugar de tigelas de uso coletivo) e cadeiras (em lugar de bancos coletivos) e o desenvolvimento de quartos específicos para dormir<sup>43</sup>.

Neste caso, entretanto, é difícil não imaginar se a cultura material está sendo utilizada para fazer algo mais do que confirmar uma hipótese fundamentada no primeiro caso sobre a evidência literária. Pode o arqueólogo do período posterior a 1500 (no Ocidente, pelo menos) aspirar a algo mais? O falecido Sir Moses

<sup>37</sup> R. Samuel e P. Thompson (ed.), *The Myths We Live By*, Londres, 1990.

<sup>38</sup> P. Thompson, *The Voice of the Past*, 1978; ed. revista, Oxford, 1988; J. Vansina, *Oral Tradition*, trad. H.M. Wright, Londres, 1965 e *Oral Tradition as History*, Madison, 1985.

<sup>39</sup> P. Smith (ed.), *The Historian and Film*, Cambridge, 1976; A. Trachtenberg, “Albums of War”, *Representations*, 9, p. 1-32, 1985. J. Tagg, *The Burden of Representation: Essays on Photographies and Histories*, Amherst, 1988.

<sup>40</sup> E. Panofsky, *Essays in Iconology*, Nova York, 1939; E. Wind, *Pagan Mysteries in the Renaissance*, Londres, 1958. Um ponto de vista mais cético é expressado por E.H. Gombrich, “Aims and Limits of Iconology”, em seu *Symbolic Images*, Londres, 1972, p. 1-22.

<sup>41</sup> C. Ginzburg, “Da Aby Warburg a E.H. Gombrich”, *Studi medievali*, 8, p. 1015-1065, 1966. Sua crítica foi dirigida em particular contra Fritz Saxl. Sobre a iconografia para os historiadores das mentalidades, ver M. Vovelle (ed.), *Iconographie et histoire des mentalités*, Aix, 1979.

<sup>42</sup> K. Hudson, *The Archaeology of the Consumer Society*, Londres, 1983.

<sup>43</sup> J. Deetz, *In Small Things Forgotten: the Archaeology of Early American Life*, Nova York, 1977.

Finley, certa vez, sugeriu que “alguns tipos de documentação tornam a arqueologia mais ou menos desnecessária”, varrendo a arqueologia industrial para a cesta de lixo em uma única frase<sup>44</sup>. Seu desafio merece uma resposta séria, porém uma avaliação minuciosa do valor da evidência da cultura material para a história pós-medieval ainda permanece por fazer.

De forma bastante irônica, a história da cultura material, área que tem atraído grande interesse nos últimos anos, é baseada menos no estudo dos artefatos em si, do que nas fontes literárias. Os historiadores preocupados com o que tem sido chamado de vida social dos objetos — ou mais exatamente, com a vida social dos grupos, revelada por seu uso dos objetos — confiam profundamente em evidências tais como descrições de viajantes (que nos dizem muito sobre a localização e as funções de determinados objetos) ou inventários de propriedades, acessíveis à análise por métodos quantitativos<sup>45</sup>.

A maior — e mais controvertida — inovação no método na última geração certamente foi o crescimento e a difusão dos métodos quantitativos, às vezes ironicamente descritos como “Cliometria”, ou seja, a estatística vital da deusa da história. É claro que a abordagem é uma das mais antigas entre os historiadores econômicos e os demógrafos históricos. O que é ou foi novo, foi sua difusão nos anos 60 e 70 para outros tipos de história. Nos Estados Unidos, por exemplo, há uma “nova história política” cujos profissionais fazem contagem de votos, sejam eles contados em eleições ou em parlamentos<sup>46</sup>. Na França, a “história serial” (*histoire sérielle*), assim denominada porque os dados são dispostos em séries através do tempo, gradativamente se estendeu do estudo dos preços (nos anos 30) para o estudo da população (nos anos 50), até o chamado “terceiro nível” da história das mentalidades religiosas ou seculares<sup>47</sup>. Um estudo famoso da chamada “descristianização” da França moderna mostra a magnitude de sua evidência a partir dos dados declinantes para a comunhão da Páscoa. Outro, concentrado na Provença no século dezoito, estuda as atitudes modificadas em relação à morte, conforme reveladas nas tendências, nas formulações, de cerca de 30.000 testamentos, observando-se o declínio nas referências ao “tribunal do céu”, ou em legados para funerais elaborados ou missas para o morto<sup>48</sup>.

Nos últimos anos, a estatística, auxiliada pelos computadores, chegou mesmo a invadir a cidadela da história rankeana — os arquivos. Os Arquivos Nacionais Americanos, por exemplo, têm agora uma “Divisão de Dados Computadorizados”, e os arquivistas estão começando a preocupar-se com a conservação e o armazenamento de fitas perfuradas, assim como a dos manuscritos. Em consequência disso, os historiadores estão cada vez mais inclinados a encarar os arquivos anteriores, tais como os arquivos da Inquisição, como “bancos de dados” que podem ser explorados por métodos quantitativos<sup>49</sup>.

A introdução no discurso histórico de grande quantidade de estatística contribuiu para polarizar a profissão em defensores e oponentes. Ambos os lados tenderam a exagerar a novidade dos problemas criados pela utilização de dados. A estatística pode ser falsificada, mas isso também pode ocorrer com os textos. A estatística pode ser facilmente mal interpretada, mas com os textos pode acontecer o mesmo. Os dados computadorizados não são amigáveis, mas o mesmo se aplica a muitos manuscritos, escritos em caligrafias quase ilegíveis ou a ponto de desintegração. O necessário é uma ajuda na discriminação, na descoberta dos tipos de estatística mais confiáveis, em que extensão utilizá-los e para que propósitos. A noção da série, fundamental para a história serial, precisa ser tratada como problemática, especialmente quando as mudanças são estudadas a longo prazo. Quanto mais extenso o período, menos provável que as unidades na série — testamentos, registros de comunhões na Páscoa ou seja o que for — sejam homogêneas. Mas se elas próprias estão sujeitas a se modificar, como podem ser utilizadas como medidas de outras mudanças?

Em outras palavras, o requerido (como no caso das fotografias e de outras fontes novas já discutidas) é uma nova “diplomática”. Esse foi o termo usado pelo estudioso beneditino Jean Mabillon em seu guia para o uso de títulos, em uma época (final do século dezessete) em que o apelo a esse tipo de evidência era novo e despertava a suspeita de historiadores mais tradicionais<sup>50</sup>. Quem será o Mabillon da estatística, das fotografias ou da história oral?

<sup>44</sup> M.I. Finley, *The Use and Abuse of History*, Londres, 1975, p. 101.

<sup>45</sup> A. Appadurai (ed.), *The Social Life of Things*, Cambridge, 1986.

<sup>46</sup> W. Aydelotte, *Quantification in History*, Mass., 1971; A. Bogue, *Clio and the Bitch Goddess: Quantification in American Political History*, Beverly Hills, 1983.

<sup>47</sup> P. Chaunu, “Le quantitatif au 3<sup>e</sup> niveau”, 1973; reeditado em sua *Histoire quantitatif, histoire sérielle*, Paris, 1978.

<sup>48</sup> G. Le Bras, *Études de sociologie religieuse*, Paris, 1955-1956, 2v. e M. Vovelle, *Piété baroque et dechristianisation*, Paris, 1973.

<sup>49</sup> G. Henningsen, “El ‘Banco de datos’ del Santo Oficio”, *Boletín de la Real Academia de Historia*, 174, p. 547-570, 1977.

<sup>50</sup> J. Mabillon, *De re diplomatica*, Paris, 1681.

## Problemas de explicação

Já foi sugerido que a expansão do campo do historiador implica o repensar da explicação histórica, uma vez que as tendências culturais e sociais não podem ser analisadas da mesma maneira que os acontecimentos políticos. Elas requerem mais explicação estrutural. Quer gostem, quer não, os historiadores estão tendo de se preocupar com questões que por muito tempo interessaram a sociólogos e a outros cientistas sociais. Quem são os verdadeiros agentes na história, os indivíduos ou os grupos? Será que eles podem resistir com sucesso às pressões das estruturas sociais, políticas ou culturais? São essas estruturas meramente restrições à liberdade de ação, ou permitem aos agentes realizarem mais escolhas?<sup>51</sup>

Nos anos 50 e 60, os historiadores econômicos e sociais foram atraídos por modelos mais ou menos deterministas de explicação histórica, tenham eles dado primazia aos fatores econômicos, como os marxistas, à geografia, como Braudel, ou aos movimentos da população (como no caso do chamado “modelo malthusiano” de mudança social). Hoje em dia, entretanto, como sugere Giovanni Levi em seu ensaio sobre a micro-história (cfr. p. 133), os modelos mais atraentes são aqueles que enfatizam a liberdade de escolha das pessoas comuns, suas estratégias, sua capacidade de explorar as inconsistências ou incoerências dos sistemas sociais e políticos, para encontrar brechas através das quais possam se introduzir ou frestas em que consigam sobreviver.

A expansão do universo histórico também tem tido repercussões sobre a história política, pois também os acontecimentos políticos podem ser explicados de várias maneiras. Os historiadores que estudam a Revolução Francesa, por exemplo, vista de baixo, provavelmente dão-lhe um tipo muito diferente de explicação do que aqueles que se concentram nos feitos e intenções dos líderes. Mesmo os estudiosos que se concentram nos líderes às vezes divergem dos modelos tradicionais da explicação histórica, invocando seus motivos inconscientes, assim como os conscientes, tendo em vista que esses modelos superestimam a importância da conscientização e da racionalidade.

Por exemplo, um grupo de chamados psico-historiadores, a maior parte deles vivendo nos Estados Unidos (onde a psicanálise penetrou na cultura mais profundamente do que em qualquer outra parte), tentou incorporar os *insights* de Freud à prática histórica. Eles vão desde o psicanalista Erik Erikson, que causou certa sensação nos anos 50 com seu estudo dos problemas de identidade do “Jovem Lutero”, até o historiador Peter Gay, que ao mesmo tempo exalta e pratica a psico-história. Não surpreende muito descobrir que sua abordagem despertou controvérsias e eles foram acusados de “reducionismo”; em outras palavras, de reduzir as complexidades de um adulto individual (ou de um conflito entre adultos) ao relacionamento de uma criança pequena com seus pais<sup>52</sup>.

Para ilustrar as atuais controvérsias sobre a explicação histórica, pode ser útil tomar o exemplo de Hitler. Os debates iniciais, como aquele entre H.R. Trevor-Roper e A. J.P. Taylor sobre a importância relativa dos objetivos de curto e longo prazo de Hitler, presumiam a validade do modelo tradicional de explicação histórica em termos de intenções conscientes. Mais recentemente, no entanto, o debate foi ampliado. Em primeiro lugar, alguns historiadores, como Robert Waite, apresentaram interpretações de Hitler em termos de intenções inconscientes e até de psicopatologia, enfatizando sua sexualidade anormal, o trauma da morte de sua mãe (após tratamento com um médico judeu) etc.<sup>53</sup>

Outro grupo de historiadores rejeita completamente o que chamam de “intencionalismo”, no sentido de que tratam o problema dos motivos ou atuações de Hitler como relativamente marginal. Segundo estes “funcionalistas”, como têm sido chamados (eu preferiria o termo “historiadores estruturais” para descrevê-los), as explicações históricas das políticas do Terceiro Reich necessitam se concentrar nos homens em torno de Hitler, na máquina de governo e no processo de decisão, e no nazismo como um movimento social<sup>54</sup>. Há também historiadores que combinam as abordagens estruturais com as psico-históricas e

<sup>51</sup> C. Lloyd, *Explanation in Social History*, Oxford, 1986, apresenta um exame geral. Mais acessível a não-filósofos é S. James, *The Content of Social Explanation*. Cambridge, 1984.

<sup>52</sup> E. Erikson, *Young Man Luther*, Nova York, 1958; P. Gay, *Freud for Historians*, Nova York, 1985; D. Stannard, *Shrinking History*, Nova York, 1980.

<sup>53</sup> R.G.L. Waite, *The Psychopathic God: Adolf Hitler*, Nova York, 1977.

<sup>54</sup> Extraí a distinção entre “intencionalistas” e “funcionalistas” de T. Mason, “Intention and Explanation” em *The Fuhrer State, Myth and Reality*, ed. G. Hirschfeld e L. Kettenacker, Stuttgart, 1981, p. 23-40. Meus agradecimentos a Ian Kershaw por chamar a minha atenção para este artigo.

concentram-se na explicação do que havia nos nazistas que os atraía a Hitler<sup>55</sup>.

O que é ao mesmo tempo excitante e confuso no debate a respeito de Hitler — como muitos outros debates históricos nos últimos anos — é que ele não é mais conduzido segundo as regras. O acordo tradicional sobre o que constitui uma boa explicação histórica foi rompido. Será esta uma fase de transição, a ser substituída por um novo consenso, ou o caminho em que os debates históricos serão conduzidos no futuro?

Se houver tal consenso, a área do que pode ser chamado de “psicologia histórica” (psicologia coletiva) provavelmente será de particular importância, visto que ela vincula os debates sobre a motivação consciente e inconsciente àqueles sobre as explicações individuais e coletivas. É estimulante perceber um interesse crescente nesta área. Um conjunto recente de monografias está centralizado na história da ambição, da raiva, da ansiedade, do medo, da culpa, da hipocrisia, do amor, do orgulho, da segurança e de outras emoções. Do mesmo modo, os problemas de método envolvidos na busca de tais objetos ardilosos de estudo estão longe de ter sido resolvidos<sup>56</sup>.

Na tentativa de evitar o anacronismo psicológico, em outras palavras, a presunção de que as pessoas no passado pensavam e sentiam exatamente da mesma forma que nós, há um perigo de se chegar ao outro extremo e “desfamiliarizar” tão completamente o passado, que ele venha a tornar-se ininteligível. Os historiadores estão diante de um dilema. Se explicarem as diferenças no comportamento social nos diferentes períodos pelas diferenças nas atitudes conscientes ou nas convenções sociais, correm o risco da superficialidade. Por outro lado, se explicarem as diferenças no comportamento pelas diferenças na profunda estrutura do caráter social, correm o risco de negar a liberdade e a flexibilidade dos atores individuais no passado.

Uma maneira possível de se sair da dificuldade é utilizar a noção de “hábito” de um grupo social particular, formulada pelo sociólogo Pierre Bourdieu. Por “hábito” de um grupo, Bourdieu entende a propensão de seus membros para selecionar respostas de um repertório cultural particular, de acordo com as demandas de uma determinada situação ou de um determinado campo. Diferentemente do conceito de “regras”, o hábito tem a grande vantagem de permitir que seus usuários reconheçam a extensão da liberdade individual dentro de certos limites estabelecidos pela cultura<sup>57</sup>.

Seja como for, o problema permanece. Em minha opinião, os novos historiadores — de Edward Thompson a Roger Chartier — foram muito bem-sucedidos ao revelar as inadequações das explicações materialistas e deterministas tradicionais do comportamento individual e coletivo de curto prazo, e na demonstração de que tanto na vida cotidiana, quanto nos momentos de crise, o que conta é a cultura<sup>58</sup>. Por outro lado, pouco fizeram para desafiar a importância dos fatores materiais, do ambiente físico e de seus recursos, de longo prazo. Ainda parece útil considerar estes fatores materiais como determinantes da ordem do dia, dos problemas aos quais os indivíduos, os grupos e, metaforicamente falando, as culturas tentam se adaptar ou responder.

## Problemas de síntese

Embora a expansão do universo do historiador e o diálogo recente com outras disciplinas, desde a geografia até a teoria literária, certamente devam ser bem-vindos, esses desenvolvimentos têm seu preço. A disciplina da história está atualmente mais fragmentada que nunca. Os historiadores econômicos são capazes de falar a linguagem dos economistas; os historiadores intelectuais, a linguagem dos filósofos; e os historiadores sociais, os dialetos dos sociólogos e dos antropólogos sociais, mas estes grupos de historiadores estão descobrindo ser cada vez mais difícil falar um com o outro. Teremos de suportar esta situação ou há uma esperança de síntese?

<sup>55</sup> P. Lowenberg, “The Psychohistorical Origins of the Nazi Youth Cohort”, *American Historical Review*, 76, p. 1457-502, 1971.

<sup>56</sup> J. Delumeau, *La peur en occident*, Paris, 1978; e *Rassurer et protéger*, Paris, 1989; P.N. e C.Z. Stearns, “Emotionology”, *American Historical Review*, 90, p. 813-36, 1986; C.Z. e P.N. Stearns, *Anger*, Chicago, 1986; T. Zeldin, *France 1848 1945*, Oxford, 1973-7, 2v.

<sup>57</sup> P. Bourdieu, *Outline of a Theory of Practice*, trad. R. Nice, Cambridge, 1977.

<sup>58</sup> O argumento está excepcionalmente explícito em G. Sider, *Culture and Class in Anthropology and History*, Cambridge e Paris, 1986.

É impossível apresentar mais que uma visão parcial e pessoal do problema. A minha própria pode ser resumida em dois pontos opostos, mais complementares que contraditórios. Em primeiro lugar, a proliferação de subdisciplinas é virtualmente inevitável. Este movimento não está confinado à história. A profissão histórica simplesmente oferece um exemplo dentre muitos da crescente divisão do trabalho em nossa sociedade industrial tardia (ou pós-industrial). A proliferação tem suas vantagens: contribui para o conhecimento humano e encoraja métodos mais rigorosos, padrões mais profissionais.

Tanto há custos quanto benefícios, mas podemos fazer algo para manter aqueles custos intelectuais os mais baixos possíveis. A não comunicação entre as disciplinas ou subdisciplinas não é inevitável. No caso específico da história, há alguns sinais animadores de *rapprochement*, se não de síntese.

E verdade que, no primeiro fluxo de entusiasmo pela história estrutural, a história dos acontecimentos esteve muito próxima de ser posta de lado. De maneira similar, a descoberta da história social foi às vezes associada a um desprezo pela história política, uma inversão do preconceito dos historiadores políticos tradicionais. Novos campos, como a história das mulheres e a história da cultura popular, foram às vezes tratados como se fossem independentes (ou mesmo opostos) da história da cultura erudita e da história dos homens. A micro-história e a história da vida cotidiana foram reações contra o estudo de grandes tendências sociais, a sociedade sem uma face humana.

Em todos os casos que citei, é possível observar-se uma reação contra essa reação, uma busca pelo centro. Os historiadores da cultura popular estão cada vez mais preocupados em descrever e analisar as mudanças das relações entre o erudito e o popular, “a intersecção da cultura popular e da cultura das pessoas educadas”<sup>59</sup>. Os historiadores das mulheres têm ampliado seus interesses, para incluir as relações entre os gêneros em geral e a construção histórica, tanto da masculinidade quanto da feminilidade<sup>60</sup>. A oposição tradicional entre os acontecimentos e as estruturas está sendo substituída por um interesse por seu inter-relacionamento, e alguns historiadores estão experimentando formas narrativas de análise ou formas analíticas de narrativa (ver adiante, p. 327).

O mais importante de tudo, talvez, é que a oposição há muito estabelecida entre os historiadores políticos e não políticos está finalmente se dissolvendo. A famosa definição de história social de G. M. Trevelyan como “a história com a política posta de lado” é atualmente rejeitada por quase todo mundo. Em vez disso nos apercebemos preocupados com o elemento social na política e com o elemento político na sociedade. Por um lado, os historiadores políticos não mais se restringem à alta política, aos líderes, às elites. Discutem a geografia e a sociologia das eleições e “a república na aldeia”<sup>61</sup>. Estudam as “culturas políticas”, as suposições sobre política que fazem parte da vida cotidiana, mas diferem amplamente de um período para outro, ou de uma região para outra. Por outro lado, a sociedade e a cultura são agora encaradas como arenas para a tomada de decisões, e os historiadores discutem “a política da família”, “a política da linguagem” ou as maneiras como o ritual pode expressar-se ou até, em certo sentido, criar poder<sup>62</sup>. O historiador americano Michael Kammen pode bem estar certo em sua sugestão de que o conceito de “cultura”, em seu sentido amplo, antropológico, pode servir como uma “base possível” para a “reintegração” de diferentes abordagens à história<sup>63</sup>.

Ainda estamos a uma longa distância da “história total” defendida por Braudel. Na verdade, seria irrealista acreditar que esse objetivo poderia um dia ser alcançado — mas alguns passos a mais foram dados em sua direção.

---

<sup>59</sup> A. Gurevich, *Medieval Popular Culture*, trad. de J.M. Bak e P.A. Hollingsworth, Cambridge, 1988.

<sup>60</sup> Coletiva editorial, “Why Gender and History?” *Gender and History*, 1, p. 1-6, 1989.

<sup>61</sup> M. Agullon, *The Republic in the Village*, trad. de J. Uoyd, Cambridge, 1982.

<sup>62</sup> M. Segalen, *Love and Power in the Peasant Family*, trad. de S. Matthews, Cambridge, 1983; O. Smith, *The Politics of Language 1791-1815*, Oxford, 1984; D. Cannadine e S. Price (eds.), *Rituals of Royalty*, Cambridge, 1987.

<sup>63</sup> M. Kammen, “Extending the Reach of American Cultural History”, *American Studies*, 29, p. 19-42, 1984.